

PUBLICO 15 ABRIL 90

INTERNACIONAL

Aristides Pereira poderá recandidatar-se em Novembro se Pedro Pires não obtiver apoios

Sucessão complicada em Cabo Verde

Jorge Heitor*

ALFREDO CUNHA

Aristides Pereira bem desejaria reformar-se no fim de 1990, mas a falta de unanimidade à volta da figura de Pedro Pires poderá fazer com que tenha de se recandidatar à Presidência de Cabo Verde, numa altura em que a Oposição se agita e exige direitos iguais aos do PAICV.



Aristides Pereira: para quando a reforma?

A grande incógnita da política cabo-verdiana, no presente momento, é saber se Aristides Pereira se candidata ou não às eleições presidenciais do próximo mês de Novembro, as primeiras que se efectuam por sufrágio directo e universal. É saber se o velho decano da política crioula se reforma ou se tem de continuar no poder, por falta de sucessor à altura.

Até agora o Presidente da República de Cabo Verde tem sido eleito pelos deputados à Assembleia Nacional, todos eles pertencentes ao partido único.

A hipótese óbvia de outro candidato apoiado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) é a do actual primeiro-ministro, mas acontece que Pedro Pires não goza de forma alguma do consenso existente à volta da figura de Aristides Pereira. Tem apoio nas ilhas de Sotavento, designadamente no Fogo, de onde é natural, mas não o tem nas de Barlavento.

O Conselho Nacional do PAICV realizado durante a última semana na Cidade da Praia marcou um Congresso extraordinário para o período de 25 a 28 de Julho, a fim de se definir o futuro do país, que es-

tá a ser acesamente discutido tanto dentro do arquipélago (350.000 habitantes) como entre os 650.000 cabo-verdianos residentes no estrangeiro.

O Conselho — que durou mais um dia do que o previsto, devido às fortes divergências detectadas entre os seus 86 membros — admitiu a participação de outros partidos nas próximas eleições legislativas, que marcou para Janeiro de 1991, dois meses depois das presidenciais.

A sucessão apresenta-se difícil

Em Setembro será feita uma pequena revisão constitucional, de modo a dar lugar a uma nova lei eleitoral e a abrir terreno ao multipartidarismo. Mas os candidatos à Presidência não deverão ocupar altos cargos a nível partidário, de modo que tanto Aristides Pereira como Pedro Pires teriam de renunciar previamente aos seus lugares na direcção do PAICV se um deles, como é provável, decidisse ir às eleições.

Aristides Maria Pereira,

secretário-geral do partido, estava aparentemente a pensar retirar-se no fim deste ano. No entanto, enfrenta agora o facto de Pedro Pires não conseguir a unanimidade de todas as estruturas partidárias, dado ser considerado um reformador e ter de contar com a oposição de elementos da chamada "linha dura", como é o caso do ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz.

Se acaso conseguisse neutralizar tal tendência, na qual se insere também Olivio Pires, que funcionou como porta-voz do recente Conselho Nacional, Pedro Pires procuraria reforçar em Cabo Verde a vertente presidencialista e entregaria possivelmente a chefia do Governo ao actual ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, João Pereira Silva.

No entanto, o quadro político do país só ficará mais bem definido depois de as eleições legislativas de Janeiro darem lugar a uma Assembleia Constituinte, encarregada de uma profunda revisão constitucional.

Internamente, surgiram já dois embriões de novos partidos: o Movimento para a Democracia (MPD), que é dirigido

pelo advogado Carlos Veiga, e a União Para a Independência de Cabo Verde-Reconstruída (UPIC-R), presidida por outro advogado, Leitão da Graça.

No exterior, decorreu nos últimos dois dias num hotel de Lisboa o I Congresso Cabo-Verdiano de Democratas, que congregou, além de outros, elementos da União Cabo-verdiana Independente Democrática, de John Wahnnon, do Movimento Democrático, de Felisberto Vieira Lopes, e da Frente Ampla, de António Caldeira Marques.

Entre os 200 inscritos contaram-se elementos das importantes comunidades cabo-verdianas nos Estados Unidos (quase tantos cidadãos como no país natal), em Portugal e na Holanda (onde residem essencialmente naturais da ilha de Santo Antão, tradicionalmente avessa ao PAICV).

Revisão imediata da Constituição

O Congresso exigiu "a criação em Cabo Verde de todas as condições necessárias, de direito e de facto, à plena

II

(Continuação)

efectivação dos direitos, liberdades e garantias do cidadão". E, para isso, reclamou a revisão imediata da Constituição, em especial a supressão do artigo quarto, que considera o PAICV força dirigente do Estado e da sociedade.

Uma das propostas aprovadas foi no sentido de a Oposição participar na elaboração da nova lei eleitoral; outra exigiu o acesso imediato dos adversários do Governo a todos os meios estatais de comunicação social; e uma terceira apoiou o Movimento para a Democracia, que inclui essencialmente jovens quadros e que em Março entregou uma "Declaração Política" ao chefe do Estado e ao Presidente da Assembleia Nacional, Abílio Duarte.

Procura-se unidade da Oposição

O Congresso mandatou a respectiva Comissão Executiva (de oito elementos, sob a presidência de Caldeira Marques) para estabelecer contactos com o MPD e efectuar diligências com vista à unidade de todas as forças que se opõem ao PAICV (criado na sequência da cisão verificada no PAIGC, depois que João Bernardo Vieira derubou Luís Cabral da Presidência da Guiné-Bissau).

A reunião de Lisboa exigiu que os militares cabo-verdianos deixem de prestar juramento de fidelidade ao Partido e o rassem a fazer à Nação; re-

clamou a imediata extinção dos serviços de Segurança; e pediu para a Oposição instalações semelhantes àquelas de que o PAICV dispõe em cada uma das ilhas de Cabo Verde.

Acerca da viagem que Pedro Pires vai efectuar esta semana à França e à Holanda, um dos elementos da Comissão Executiva, António Carlos Almeida, natural de Santo António, disse ao PÚBLICO que "seria um crime se a Internacional Socialista desse o seu apoio a um regime que sempre tem sido de partido único".

Os participantes nos trabalhos — que tiveram alguma dificuldade em chegar a consenso quanto aos membros da respectiva Comissão Executiva — manifestaram, de uma forma geral, o seu cepticismo quanto à abertura em curso na Cidade da Praia e declararam preferir que a revisão constitucional cabo-verdiana fosse feita de imediato.

Por outro lado, evitaram adiantar qualquer nome de um eventual candidato oposicionista à Presidência da República, preferindo esperar que exista uma lei eleitoral, o que ainda demorará pelo menos cinco meses.

Os textos aprovados no Congresso de Lisboa vão ser enviados às autoridades de Cabo Verde e, posteriormente, alguns membros da Comissão Executiva deverão deslocar-se à Cidade da Praia, a fim de os debater com o Governo. ■

*com Fernando Gil Évora,
na Cidade da Praia